

A autonomia econômica das mulheres e a reprodução social: o papel das políticas públicas.

Graciela Rodriguez¹

- Introdução.

1- 1. As mulheres e sua autonomia econômica.

1-2. Trabalho produtivo e reprodutivo.

1-3. A Economia feminista, o “cuidado” e suas contribuições.

2-1. O contexto econômico da globalização.

2-2. A liberalização do comércio e dos investimentos na região. Impactos a través do Mercado de trabalho e dos serviços públicos.

3-1. Relações entre a economia do cuidado e o modelo econômico.

3-2. Impactos da crise financeira.

3-3. Política pública para cuidar dos cuidados.

- Introdução.

¹ – A autora é Coordenadora do Instituto EQÜIT – Gênero, Economia e Cidadania Global, da IGTN -Rede Internacional de Gênero e Comércio e é membro da REBRIP - Rede Brasileira pela Integração dos Povos e da ASC – Aliança Social Continental.

Há mais de uma década que refletimos sobre a autonomia econômica das mulheres e já comprovamos que ela não está determinada somente pela inserção das mulheres nos processos microeconômicos, mas sobre tudo pelos impactos das políticas macroeconômicas sobre sua inserção na sociedade. Neste sentido, sabemos que essa autonomia econômica depende da contribuição das mulheres a criação de riquezas a partir de sua inserção no mercado de trabalho através do chamado trabalho produtivo, ainda que ao mesmo tempo, do invisível trabalho reprodutivo realizado no âmbito doméstico.

Também consideramos que é impossível pensar a autonomia das mulheres sem analisar o contexto econômico e social, especialmente na região da América Latina, onde câmbios importantes têm se operado nas últimas décadas.

Os últimos 20 anos na região têm sido marcados por tendências econômicas e momentos políticos de signos extremamente contraditórios, inclusive convivendo simultaneamente, formando um mosaico muito interessante para análise e para a disputa de avanços políticos e sociais. Tais tendências no âmbito econômico foram em alguns momentos e países, desde a implementação à risca das recomendações do chamado Consenso de Washington até a aplicação mais recente de políticas que caminharam no sentido contrário, para o afastamento de tal receituário e suas condicionalidades.

Ao mesmo tempo, no embate entre esses dois caminhos político-econômicos, uma batalha considerável tem se livrado nos diversos países da região entre a dinâmica econômica e de acumulação do capital por um lado e a superação das desigualdades, campo este onde tem se logrado fortes sinais de avanço, apesar ainda de reconhecermos a persistência do desafio da superação. Também dentro do campo das políticas sociais temos observado essa mesma dissociação, já que tais políticas tomaram rumos diversos entre a focalização e os avanços distributivos até a continuidade das políticas assistencialistas tradicionais.

Entretanto combinar os aspectos do crescimento econômico com as políticas distributivas continua sendo fundamental e para isto o papel do estado é chave, como amplamente tem sido comprovado nos chamados “estados de bem estar social”.

Este artigo busca assim, aproximar a análise do contexto sócio econômico com a perspectiva da

autonomia das mulheres e as desigualdades de gênero, duas esferas da mesma problemática. Tentaremos então relacionar a análise feminista da chamada “economia do cuidado” envolvendo a perspectiva do conjunto do trabalho realizado pelas mulheres, aos debates e impactos do modelo econômico neoliberal globalizante e hegemônico, que a pesar da profundidade da crise internacional atual e de seus escassos resultados em termos de desenvolvimento econômico global, arremete, tal vez justamente pela situação de crise em que se encontra atualmente, com uma nova ofensiva e o mesmo receituário.

Assim num primeiro momento deste trabalho, iremos descrever brevemente a economia feminista e suas contribuições ao análise da autonomia econômica das mulheres e das categorias de trabalho produtivo e reprodutivo,

Incluiremos uma seção relativa à economia dos cuidados e a necessidade de visibilização e sobretudo de valorização do enorme trabalho reprodutivo não remunerado das mulheres, para a manutenção da vida e da força de trabalho, mostrando o enorme peso que o âmbito econômico doméstico e o trabalho realizado no seu interior esta cobrando no mundo globalizado, com a ampliação das cadeias do cuidado, especialmente através das migrações.

Repassaremos depois o contexto econômico neoliberal e da liberalização comercial e de investimentos que tem pautado as políticas internacionais e nacionais nas últimas décadas, buscando analisar seus impactos sobre o trabalho produtivo e reprodutivo realizado pelas mulheres, já que estas e seu trabalho gratuito nos âmbitos domésticos, ou de menor valor quando remunerado em relação aos homens, tem sido base fundamental para a expansão capitalista global.

E finalmente analisaremos as relações entre o modelo neoliberal e a economia dos cuidados, enfatizando o papel do Estado e das políticas públicas para avançar na autonomia econômica das mulheres e na superação das desigualdades de gênero.

1 - As mulheres e sua autonomia econômica.

O tema da autonomia econômica das mulheres foi incorporado ao debate do movimento de mulheres nos últimos anos, ainda que este assunto parece ser quase uma tautologia, uma repetição viciada na sua origem.

As mulheres trabalham para seu próprio sustento e o de outros faz já muito tempo e não somente desde sua incorporação massiva no mercado de trabalho, este sim um processo relativamente recente.

Isto fundamentalmente porque todas as tarefas realizadas pelas mulheres no âmbito doméstico, uma enorme magnitude de trabalho que cria riqueza e que sustenta e reproduz a vida em sociedade, foi durante séculos invisibilizado e desconsiderado do ponto de vista econômico.

Tais trabalhos, que incluem atividades como preparar os alimentos, buscar lenha ou levar água para dentro de casa, manter a limpeza da moradia e cuidar da higiene familiar, cuidar de crianças e idosos, ensinar as crianças a falar e se comportar socialmente, assistir aos deficientes físicos e doentes, entre outras das muitas tarefas domésticas, são imprescindíveis para a vida e a socialização dos seres humanos, e estas não seriam possíveis sem todo esse esforço naturalizado e destinado à responsabilidade fundamental das mulheres.

Elas têm desenvolvido historicamente os trabalhos associados com a reprodução da vida e o cuidado das pessoas, ainda que estas tarefas nunca recebessem valor no mercado e por tanto resultaram totalmente invisíveis na perspectiva da economia.

O que atualmente se denomina economia feminista tem incorporado a noção desta contribuição para a criação de riqueza pelas sociedades, trazendo a “construção de novas perspectivas de análises e redefinição de novos conceitos e categorias a partir da própria experiência das mulheres”² e dos debates surgidos no seio dos movimentos feministas. Entretanto e até agora, a ciência econômica dominante tem se mantido insensível a tais mudanças conceituais, e continua sendo difícil a inclusão do trabalho doméstico não remunerado das mulheres nas análises econômicas tradicionais. Com isto, evidentemente, se impede a incorporação de uma perspectiva que busca acrescentar a análise econômica, reflexões mais amplas sobre a sustentabilidade da vida e a reprodução dos seres humanos e da própria força de trabalho.

Justamente por esse trabalho doméstico não formar parte do mundo econômico, dentro do sistema capitalista centrado na lógica do mercado, torna-se sem nenhuma transcendência para os

² Carrasco, Cristina. “La economía feminista: una apuesta por otra economía”. 2002. España. Mimeo.

intercâmbios de valor, se fazendo assim invisível, como também sem presença nas contas nacionais e nem sequer na “contabilidade” doméstica.

Esta construção social da invisibilidade do trabalho das mulheres, ligada ao seu papel na reprodução da vida, realizadas no cotidiano através do controle de sua fertilidade e seu confinamento nos âmbitos privados está justamente na base da consolidação dos papéis diferenciados por gênero nas sociedades patriarcais.

O construto histórico de sua naturalização e invisibilidade, dentro da lógica capitalista, resultarão conseqüentemente em ausência de remuneração, que redundava evidentemente em ausência nos balanços da riqueza nacional e por tanto no PIB - Produto Interno Bruto como medida da mesma.

Por tudo isto e ainda que não se trate de dimensionar para mercantilizar este trabalho fundamental para a vida, trata-se sim de valorizá-lo para deixar de lado sua secundarização, e sobre tudo para entender a dupla lógica mercantil de um lado e da dominação pelo outro. De fato, esta estruturação e controle social têm permitido historicamente a subordinação das mulheres e sua “domesticação” em diversos modos de produção entanto sociedades patriarcais, baseadas no confinamento das mulheres aos âmbitos privados e ao usufruto do trabalho de reprodução da vida.

Trabalho produtivo e trabalho reprodutivo

O conceito de trabalho é um conceito histórico e muito tem sido debatido sobre as maneiras em que ele se encontra na base da organização das sociedades, e inclusive nas teorias econômicas modernas e mais amplamente divulgadas, ele esta por trás do preço das mercadorias e do próprio desenvolvimento da humanidade.

Entretanto, todas as considerações econômicas, sociológicas, antropológicas e ate filosóficas sobre o papel do Trabalho e suas possibilidades de gerar as condições de sobrevivência e existência dos seres humanos através do suprimento de suas necessidades diversas no tempo e no espaço, não têm levado em consideração o obvio valor do trabalho doméstico para justamente satisfazer as necessidades e carências do cotidiano da vida.

Foi o surgimento recente da economia feminista (sem menoscar a importante contribuição de

algumas mulheres que criticaram a visão da economia neoliberal clássica desde finais do Século XVIII) que tem trazido a luz política e também acadêmica, esta dimensão do Trabalho, colocando o foco de análise justamente nessa realização das tarefas do cuidado da vida e sua reprodução física e social.

Para isto tem enfatizado o estudo e a classificação do trabalho em suas esferas produtiva e reprodutiva, que conformam a chamada divisão primária do trabalho, justamente baseada na divisão sexual do trabalho.

O trabalho produtivo se refere a aquele que gera mercadorias e renda, ou seja, é aquele destinado às trocas de mercado, e que tendo por tanto legitimação e valorização nesse mercado, é remunerado.

O trabalho reprodutivo por sua vez é o conjunto das atividades que se realizam para o cuidado das pessoas e seu desenvolvimento, inclusive a “produção de produtores”³ ou reposição da força de trabalho. A maior parte delas é realizada por mulheres em forma gratuita, e ainda que também sejam necessárias para cobrir necessidades humanas, quando não passam pela valorização do mercado não são remuneradas.

Assim, enquanto as tarefas do cuidado se efetuam geralmente no âmbito doméstico, onde prevalecem as mulheres, de forma predominante os homens se especializam nas chamadas atividades “produtivas” pelas quais recebem um salário no mercado de trabalho.

A partir desta outra forma de classificação do trabalho, onde se inclui a remuneração, mas também a gratuidade – elemento não considerado tradicionalmente pela economia – um novo olhar pode ser desvelado em torno da natureza e forma que pode assumir o trabalho.

O locus de realização do trabalho, no âmbito do privado, também cobra importância porque forma parte dos mecanismos sociais da dominação e subordinação que tão eficientemente tem funcionado contribuindo para o capital conseguir a força de trabalho barata que precisa para sua manutenção e sustentabilidade.

³ Meillassoux, Claude. “Mujeres, Graneros y capitales”. Siglo XXI Editores. México. 1977.

Assim, a consideração do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo como partes necessárias e indissolúveis da produção de bens e riquezas, permite desde pouco tempo atrás, reconsiderar alguns dos princípios que tem pautado a economia numa perspectiva de incorporar novas atribuições de valor ao trabalho. Desta forma o sistema capitalista conta para o seu funcionamento com as mulheres como provedoras do básico para o cuidado e a manutenção da família e a qualidade da reprodução social. Tais aspectos da vida, embora fundamentais para o funcionamento da sociedade, não têm sido considerados pelas políticas macroeconômicas como algo intrínseco ao funcionamento do sistema e sim como parte dos aspectos que devem ser cuidados através das políticas sociais.

E é este trabalho reprodutivo não remunerado assumido pelas mulheres que as sobrecarrega com a responsabilidade familiar impedindo muitas vezes inclusive sua participação no mercado de trabalho formal ou provocando a “dupla jornada de trabalho”. Como bem assinala Cagatay “a responsabilidade pela reprodução social das mulheres chega inclusive a influenciar o lugar que ocupam no mercado laboral, como trabalhadoras assalariadas. A participação das mulheres na força de trabalho é mais baixa que a dos homens [...]. Frequentemente também, as mulheres tem empregos mais inseguros que os homens, como sucede com os trabalhos de tempo parcial ou do setor informal, devido as suas responsabilidades domésticas não remuneradas”⁴.

A pesar de esta separação ser amplamente entendida, a correlação entre trabalho produtivo e assalariado e trabalho reprodutivo e gratuito, não pode ser feita de modo estrito, porque em diversas modalidades e em particular para os serviços de educação e saúde, o Estado e o setor privado, ambos através do mercado, atuam para se responsabilizar pela sua realização com uso de trabalho remunerado.

Por este motivo, e dada a diversidade das tarefas com o cuidado da vida e a reprodução dos trabalhadores é que as feministas vem procurando definir e aprofundar o debate da chamada “economia dos cuidados” que reúne justamente a produção de riquezas ligada tanto ao trabalho doméstico quanto aos serviços prestados pelo Estado e o setor privado, e que buscam suprir as necessidades cotidianas das famílias e das comunidades.

⁴ Cagatay Nilufer. “Género, Pobreza y Desarrollo”. Universidad de Utah. 2002. Mimeo;

1.3 – A economia feminista, o “cuidado” e suas contribuições.

A economia feminista tem trazido muitas contribuições para estes debates, pois veio justamente jogar luz, tanto para a ciência econômica como para diversas ciências do humano e social, a necessidade de valorizar o trabalho necessário para a manutenção e a reprodução da vida em sociedade.

De fato, a economia tradicional enfocou-se historicamente na produção orientada ao mercado e relegou ao esquecimento a produção doméstica destinada ao autoconsumo familiar, consolidando essa perspectiva no modo de produção capitalista generalizado nos últimos séculos. Desse modo, nem nas diversas correntes da economia e nem sequer na economia política, fez-se um esforço bem sucedido para articular as atividades não mercantis realizadas nos âmbitos privados com a produção capitalista realizada nos âmbitos públicos, e assim foi sendo consolidada a visão que ignora a divisão do trabalho por sexo, invisibilizando a riqueza criada pelo trabalho familiar doméstico, que majoritariamente é realizado pelas mulheres. “Inicia-se, assim, uma perspectiva de análise que mantêm uma rígida separação entre diversas dicotomias: público e privado, razão e sentimentos, trabalho mercantil e trabalho doméstico, empresa e família. Aproximação epistemológica que ainda hoje perdura e que considera objeto de estudo da economia somente aquilo que tem a ver com o mundo publico”⁵ ao qual agregaria: e que passe pelo mercado, que parece legitimar seu valor.

Dessa forma foi-se consolidando a “naturalização” do trabalho das mulheres no âmbito doméstico, dado que se produz à margem do mercado, resultando na invisibilidade econômica do trabalho feminino, daí o paradoxo de falar em “autonomia” das mulheres. Isso só poderia suceder a partir de uma visão centrada no mercado, e que por isso mesmo acaba sendo estreita e excludente das perspectivas que incorporam a riqueza produzida pelas atividades não mercantis, focalizadas pelas economistas feministas.

Muitas estudiosas argumentaram nesse sentido, e desde o século XIX, Sheppard, “argumentava em favor do reconhecimento e valorização do trabalho doméstico”⁶, discutindo inclusive a

⁵ Carrasco, Cristina – Ob cit.

⁶ Carrasco, Cristina – Ob cit.

classificação de “dependentes” das mulheres sem emprego, já que igualava a importância das atividades realizadas por elas em suas casas, para cobrir as necessidades dos membros da família, com as atividades masculinas realizadas nos âmbitos públicos.

É importante enfatizar aqui, que essa perspectiva que enfoca o valor do trabalho não remunerado das mulheres em seus lares e comunidades, embora haja buscado dar-lhe visibilidade e com isso rever conceitos e até mesmo a própria visão paradigmática do mundo econômico, não centrou esforços na sua valorização no sentido de tornar esse trabalho mais uma mercadoria. Não se trata, assim, de forma alguma de mercantilizar o trabalho doméstico, mas sim de, a partir de uma perspectiva feminista, fazer sua divisão de forma mais igualitária entre homens e mulheres.

Continuando a pensar nas contribuições da economia feminista ainda que sem tratar de ser exaustiva nesta análise, é importante ao menos mencionar a relevância de alguns estudos que construíram o devir histórico da visão econômica feminista, tais como os estudos sobre o uso do tempo familiar, as análises sobre os motivos e formas de superação da desigualdade salarial entre homens e mulheres, e especialmente das novas e diversas perspectivas que somaram o cuidado (do inglês “*care*”) com os seres humanos e sua reprodução física e social, o que se acordou chamar de a “economia do cuidado”.

Também é possível mencionar e somar os aportes⁷ que foram realizadas desde uma perspectiva feminista que questionam a estrutura dualista universalizante e hierárquica, ou a partir de um enfoque conceitual baseado no gênero, com críticas ao androcentrismo, mas a partir de um marco teórico em comum com a economia mais tradicional ainda que agregando a perspectiva das mulheres. Seguramente, ainda há muito em que avançar, incorporando inclusive as perspectivas eco-feministas, até agora muito pouco desenvolvidas e até desestimadas por diversos sectores do feminismo, que frente aos desafios impostos pelas mudanças climáticas e seus impactos sobre a pobreza das mulheres especialmente, terão que utilizá-las em busca de novas análises mais integrais.

⁷ Picchio, Antonella. “La economía política y la investigación sobre las condiciones de vida” en “Por una economía sobre la vida”. Icaria. 2005.

Finalmente, é fundamental apontar outra contribuição realizada pela perspectiva feminista nos últimos anos. É a que se refere à desconstrução da tendência predominante na economia tradicional sobre a neutralidade de gênero dos instrumentos e políticas macroeconômicas. Os estudos pioneiros nesta área foram realizados por Boserup e foram referidos ao papel das mulheres no desenvolvimento. Esta análise marcou o caminho posterior e algumas estudiosas deram continuidade a esta perspectiva, focalizando cada vez mais as análises sobre a aplicação das políticas de corte neoliberal dominantes nos últimos anos e seus efeitos na vida das mulheres.

Se o reconhecimento das desigualdades de gênero podia ser encontrado já alguns anos atrás com alguma facilidade nas análises microeconômicas, esta perspectiva não tem sido tão facilmente aceita em termos das análises políticas comerciais, financeiras ou das macro-políticas. No entanto, desde o ponto de vista feminista, e dada sua intrínseca relação com a formação do valor e a criação de riquezas numa sociedade, o tema de gênero não poderia continuar sendo visto separadamente das políticas e instrumentos econômicos. De fato as desigualdades de gênero estão no cerne das políticas neoliberais e em particular do processo de globalização econômica, e assim sendo, nos propomos agora a verificar alguns dos seus impactos para a vida das mulheres.

2-1 O contexto da globalização

Um dos elementos mais importantes para desvendar as razões que explicam a atual crise está justamente no processo de liberalização do comércio e dos investimentos, coluna fundamental da chamada globalização das últimas décadas.

Os principais pilares sobre os quais diversos autores consideram que estão assentados as profundas mudanças produtivas das últimas três décadas, com uma expansão sem precedentes da produção global, foram fundamentalmente: 1 - o aproveitamento dos recursos naturais e da biodiversidade; e 2 – a exploração da mão-de-obra dos países periféricos, ambos baratos pela falta de legislação e proteção, seja ambiental ou trabalhista.

A busca por mão-de-obra barata, que chegou junto com a legislação de flexibilização da legislação trabalhista, encontrou em muitos países e regiões, um incentivo nas desigualdades sociais, em particular as de gênero, para atrair os investimentos diretos. Desse modo, resultou evidente a funcionalidade das desigualdades, especialmente as de gênero, para a produção

globalizada.

No contexto da globalização, e dentro das políticas impulsionadas em particular para os países em desenvolvimento pelas instituições de Bretton Woods⁸, a liberalização do comércio e dos investimentos foram parte das chamadas condicionalidades exigidas como parte das políticas de ajuste estrutural em função dessas políticas, os acordos regionais de livre comércio e especialmente as negociações na Organização Mundial de Comércio (OMC) no âmbito multilateral, aumentaram consideravelmente sua relevância internacional. Os acordos negociados em tal entidade e também nos Tratados de Livre Comércio – TLCs – se baseiam na idéia da liberalização progressiva do comércio internacional que supõe a eliminação das barreiras e proteções comerciais, ampliando o acesso aos mercados especialmente dos países do Norte, apesar das restrições e subsídios que eles mesmos aplicam.

Dentro desse modelo econômico atualmente hegemônico, e nas chamadas políticas de coerência entre o BM – Banco Mundial–, FMI – Fundo Monetário Internacional – e a OMC, o papel do comércio internacional como motor do desenvolvimento foi fortemente promovido, ainda que simultaneamente desde o início se reconhecesse que a liberalização comercial produzira “perdedores” além de “ganhadores”.

Entretanto, depois de vários anos de receitas liberalizantes que não deram os resultados esperados em termos de superação da pobreza e de desenvolvimento da periferia mundial, ainda se continua insistindo nessa perspectiva. Inclusive, nas atuais negociações no G20 financeiro (grupo de países formado a partir da ampliação para legitimação do G8 e que busca soluções para a crise) a liberalização comercial e de investimentos continua sendo uma das propostas centrais como saída para a crise econômica global, apesar de que infrutíferas buscas de acordo nos últimos anos, não têm permitido sequer fechar as negociações da Rodada de Doha na OMC.

Dentro dessas perspectivas, justamente por sua condição desigual nas sociedades, as mulheres, em particular as pobres, enfrentaram com maiores dificuldades os processos de globalização e de liberalização econômica e, por isso, em muitos países elas estão entre os principais “perdedores”. Nos últimos anos, diversos estudos realizaram esforços consideráveis para desenvolver análises,

⁸Refere-se as instituições financeiras internacionais (FMI e Banco Mundial) criadas a partir da reunião realizada em Bretton Woods nos EUA, de onde surge o nome da declaração final.

vinculando as políticas comerciais, o combate à pobreza e a equidade de gênero. Assim, os resultados apontam para uma vinculação negativa de tais variáveis.

A vinculação crescente da mão-de-obra feminina na fabricação de produtos destinados à exportação é uma constatação na produção globalizada. Já em 1981 Elson e Pearson mencionavam o aumento do trabalho feminino nas “fabricas do mercado mundial”⁹, baseado na presença de mulheres contratadas por salários muito baixos e em condições precárias.

Desde então, alguns estudos buscaram relacionar o emprego de mulheres nos sectores exportadores, em especial no sector industrial, ainda que também na agricultura e nos serviços, muitos nos âmbitos nacionais e outros, um pouco mais escassos, utilizando dados internacionais. Em geral, tais estudos têm apoiado a tese de que “a produção para a exportação nos países em desenvolvimento se produz em *tándem* com a feminização do trabalho remunerado”¹⁰.

Inclusive, algumas autoras, entre elas Joeques, afirmaram de uma maneira muito contundente que “Na época contemporânea, não se registraram grandes performances de exportação em países em desenvolvimento que não estejam vinculadas ao trabalho das mulheres”¹¹.

Por outro lado, se essas políticas de liberalização são potencialmente benéficas ao criarem oportunidades de empregos para as mulheres, podemos nos perguntar se “o papel reprodutivo das mulheres e as desigualdades de gênero as impede de aceder a esses benefícios, ou seja, até onde podem aproveitar as oportunidades que um acordo comercial oferece ou enfrentar a crescente competição, se ao mesmo tempo carregam a responsabilidade do lar”¹². Também é preciso analisar a qualidade dos empregos gerados, que nem sempre contribuem para melhorar as relações de gênero e de segregação trabalhista, as desigualdades salariais entre homens e mulheres ou a própria qualidade de vida das mulheres.

Levando em consideração alguns desses resultados da pesquisa realizada, e reconhecendo ainda

⁹ Elson, D e R. Pearson – “The subordination of Women and the Internationalization of Factory Production” .1981.

¹⁰ Cagatay, N. “Gênero, Pobreza e comércio”. Departamento de Economía. Universidad de Utah. 2001. Mimeo.

¹¹ Joeques, S. “Trade Related Employment for Women in Industry and services in Developing Countries”. UNSRID. 1991

¹² Sanchis, N; Baracat, V. e Jimenez, MC “El comercio Internacional en la agenda de las mujeres: la incidencia política en los acuerdos comerciales en América Latina”. IGTN. Buenos Aires. 2004.

os vazios e dificuldades dos estudos que precisam aprofundar as análises, podemos avançar em algumas considerações sobre as formas em que as políticas econômicas e comerciais de liberalização progressiva têm atuado e, em muitas ocasiões, têm feito mais notáveis e inclusive colaborado para aprofundar as desigualdades de gênero. Parece fundamental então refletir sobre de que maneira as políticas macroeconômicas interatuam – que agora passaremos a analisar – com as tarefas do cuidado das pessoas nos domicílios e a inserção feminina no mercado de trabalho remunerado. O sentido desse esforço é visibilizar justamente os impactos articulados das políticas econômicas, particularmente a liberalização comercial e dos investimentos, sobre o trabalho produtivo, mas também sobre as tarefas reprodutivas das mulheres, ou seja sobre o conjunto de sua inserção de trabalho que tem histórica e socialmente uma porção invisível.

2-2 A liberalização do comércio e dos investimentos na região: ou de como as desigualdades de gênero no Mercado de Trabalho atraem os investimentos.

Inicialmente, e considerando a participação das mulheres no mercado de trabalho, podemos refletir sobre o impacto dos investimentos nas economias nacionais e em especial sobre as desigualdades entre homens e mulheres.

A liberalização comercial progressiva, premissa fundamental do sistema mundial de comércio impulsionado pelo modelo neoliberal, veio acompanhada da liberalização dos investimentos, através de diversos mecanismos de regulação para facilitar o trânsito de capitais entre os países. De fato, as medidas para facilitar a livre circulação dos capitais e a segurança para os investimentos foram e ainda são o centro neurálgico das políticas macroeconômicas hegemônicas.

Os acordos de liberalização dos investimentos outorgaram grandes facilidades de instalação às empresas transacionais sem a contrapartida dos chamados “requisitos de desempenho” exigidos tradicionalmente aos capitais de investidores. A flexibilização das leis e dos padrões laborais com o objetivo de atrair investimentos estrangeiros, permitiu reduzir os custos da mão-de-obra, e facilitado o avanço da precariedade e as más condições de trabalho na economia globalizada, ao mesmo tempo em que a capacidade dos Estados para controlar essas condições de trabalho foi reduzida por anos de políticas de ajuste estrutural tendentes a minimizar o papel dos Estados e também em muitos casos pela própria cumplicidade dos governos com as empresas que se

instalaram nos países periféricos.

“Nesse contexto, uma das vantagens comparativas oferecidas aos investidores estrangeiros por diversos governos dos países em desenvolvimento foi a disponibilização de contingentes de mão-de-obra barata, especialmente de mulheres, para empresas que produzem, na maioria dos casos, bens intensivos em trabalhos de baixa qualificação. As facilidades oferecidas para a instalação de capitais nas “zonas francas” de processamento de exportações ou nas fábricas de montagem de produtos tem sido a forma encontrada para reunir os interesses de muitos governos e de um grande número de corporações transnacionais. Também se encontra muito estendido um tipo de produção – as chamadas “*maquilas*” – que são plantas de montagem de peças que chegam prontas e que destinam sua produção exclusivamente à exportação. Esta forma de produção utiliza especialmente mão-de-obra feminina em condições de trabalho de extrema precariedade e teve impactos enormes na vida social e familiar nas regiões onde se instala, mostrando claramente o impacto sobre as mulheres de tais processos de abertura comercial e de investimentos em nossos países. É em espaços como esses que as mulheres, como componente central da mão-de-obra, se encontram submetidas a trabalhos inseguros, baixos salários, péssimas condições sanitárias, entre outras dificuldades”¹³. Isso sem analisar profundamente os violentos processos de desagregação social, imposição de novos valores e desvirtuação das culturas locais impostos por tais instalações produtivas globalizadas, que levam muitas vezes comunidades inteiras à perderem suas identidades culturais, acarretando graves problemas sociais.

De fato, também é possível analisar de que maneiras a incorporação massiva de mulheres aos mercados de trabalho em algumas regiões tem tido impactos nos valores salariais, deprimindo inclusive a taxa salarial da região ou país, influenciando dessa forma sobre o próprio deterioro dos salários masculinos e do conjunto de trabalhadores e trabalhadoras.

Assim, essas modalidades se transformaram em formas predominantes da organização produtiva para utilização da mão-de-obra feminina em diversos setores e países da América do Sul (na

¹³ Rodríguez, Graciela – “Género, comercio internacional y desarrollo: una relación conflictiva”. Nueva Sociedad. Buenos Aires. 2009.

Colômbia na produção de flores, no Chile na agroindústria de exportação de frutas e pescado, na produção de eletro-eletrônicos na Zona Franca de Manaus, no Brasil etc.), da América Central (México, Honduras, El Salvador, entre outros nas conhecidas *maquilas* – precárias fabricas de montagem têxtil especialmente) e igualmente no Caribe. Essas modalidades de trabalho, que continuam sendo alentadas ou ao menos mantidas em diversos países da América Latina, contribuíram assim para o deterioro da situação salarial e para a perpetuação das desigualdades de gênero.

Desse modo, a vigência e extensão de tais formas de contratação da força de trabalho feminina, permitem afirmar a funcionalidade das desigualdades de gênero para os investimentos. De fato, “temos visto que em inúmeras ocasiões os investimentos não só se aproveitam das desigualdades de gênero existentes como muitas vezes parecem inclusive sentir-se atraídas por elas”¹⁴.

Dessa forma, os investimentos realizados pelas grandes empresas transnacionais, especialmente nos setores manufatureiros, aprofundaram as desigualdades de gênero em diversos países e regiões, assentando nelas parte substancial de seus lucros.

Então, caso avance o processo de liberalização via os acordos de comércio atualmente em negociação, especialmente se forem fechados aqueles acordos que buscam facilitar e aumentar o investimento estrangeiro direto sem requisitos nos países em desenvolvimento, podem-se esperar impactos significativos sobre as condições de trabalho para as mulheres. Dado que as negociações comerciais incluem a liberalização dos produtos industriais através das negociações em NAMA (acesso a mercados de produtos não-agrícolas), as mesmas teriam um efeito considerável sobre as mulheres, por elas terem maior participação nos setores de menor competitividade na indústria, já que serão esses os setores mais afetados, ao mesmo tempo em que, apesar da desigualdade salarial existente entre homens e mulheres na indústria, é justamente esse setor industrial o que vem empurrando, ainda que modesta e contraditoriamente, o crescimento dos salários femininos.

¹⁴ Rodríguez, G. “Estratégias das mulheres para a OMC”. Inst. Equit / IGTN – International Gender and Trade Network. Brasil. 2003.

As políticas econômicas, os serviços públicos e o trabalho invisível dentro dos lares.

Os programas de ajuste estrutural em marcha desde a década de 90, somados à liberalização dos serviços dentro do GATS (Acordo Geral do Comércio de Serviços) na OMC e nos tratados comerciais também promoveram em diversos países, um processo de redução muitas vezes drástica dos serviços públicos, alguns deles essenciais. A herança dos chamados Estados “mínimos” ainda é sentida nos países da região, no dismantelamento das estruturas de governo que perderam em grande parte sua capacidade de prestar os serviços públicos necessários. Isso conduziu nos últimos anos a uma perda do apoio com que as mulheres contariam através dos serviços públicos, para a provisão dos serviços do cuidado nos âmbitos domésticos e comunitários.

De fato, a privatização dos serviços essenciais e a redução de diversos benefícios sociais ainda repercutem fortemente no aumento do trabalho doméstico, na medida em que vários desses serviços e apoios vindos do setor público tendem a substituir ou apoiar a realização das tarefas do cuidado, especialmente nos lares mais carentes. Por outro lado, está largamente provada a relação entre o acesso a tais serviços e a melhoria das condições de vida e superação das vulnerabilidades e da pobreza. A prestação eficiente de serviços é um fator preponderante com relação aos esforços para a redução da pobreza segundo o enfoque de capacidades de Amartya Sen. A partir da reformulação do conceito de pobreza que Sen desenvolveu de forma nova, esta se pode analisar a partir de uma perspectiva mais ampla, multidimensional e dinâmica que a utilizada pela definição tradicional, centrada quase exclusivamente nos baixos níveis de rendimentos dos lares pobres. A análise de Sen permitiu agora de forma enfática, a inclusão da prestação de serviços pelo Estado de forma gratuita e as possibilidades de acesso a eles, como uma das dimensões mais importantes em tal visão multidimensional da pobreza.

A garantia de prestação de serviços públicos de educação, saúde, abastecimento de água e saneamento, eletricidade, entre outros que afetam a qualidade de vida das famílias, é de fundamental importância para o alívio da pobreza e também uma poderosa aliada das mulheres, que diante da sua falta ou de uma prestação deficiente, se verão obrigadas a estender suas jornadas de trabalho para substituí-los. Em alguns casos, ampliando suas duplas jornadas com maiores responsabilidades para suprir as carências dos serviços públicos com uma compensação

de trabalho, ou em outros casos inclusive, obstaculizando ou impedindo o próprio acesso ao mercado de trabalho pelo tempo que lhes é necessário destinar às tarefas do cuidado doméstico.

Dessa forma, podemos afirmar que a privatização dos serviços, negociada nos acordos de comércio que buscam a liberalização progressiva dos serviços, entre eles os públicos e essenciais, é um elemento das políticas macroeconômicas que contribuíram para reforçar as desigualdades de gênero, especialmente nas camadas mais pobres da população.

Mencionar o caso da privatização dos serviços de distribuição de água potável pode ser emblemático nesse sentido. “Nas diversas situações onde analisamos essa privatização, justificada sempre na melhoria da prestação do serviço, encontramos que para a maioria das mulheres o resultado continua sendo o trabalho de carregar a água para dentro de casa e a gestão cotidiana da escassez, em penosas condições que aumentam finalmente o trabalho doméstico”¹⁵. Em um dos casos estudados, na cidade de Manaus em plena Amazônia brasileira, vimos que as estratégias de expansão da empresa francesa Suez, que privatizara os serviços de distribuição da água e saneamento, significaram uma série de impactos negativos sobre a população da periferia urbana e especialmente esses efeitos adversos recaíram sobre as mulheres. É evidente que uma das razões para estes resultados negativos, surge da diferença na responsabilização dos provedores de serviços públicos e privados, já que só os primeiros têm obrigação de assegurar que os serviços cheguem a todos os cidadãos.

Assim, torna-se fundamental valorizar a contribuição das políticas públicas, e em particular da prestação de serviços públicos de qualidade, tanto para o enfrentamento da pobreza e das desigualdades como também em particular para melhorar a qualidade de vida das mulheres.

Finalmente, cabe assinalar outro aspecto ligado à liberalização dos serviços e que com a crise financeira global fica ainda mais atual, que se refere aos efeitos da *liberalização dos serviços financeiros*, em termos do acesso das mulheres aos recursos financeiros, dificuldade que pode acabar aprofundando as desigualdades de gênero nos mercados globalizados. Sabemos que tradicionalmente os bancos, supostamente neutros ao gênero, não favorecem o acesso da mulher

¹⁵ Rodríguez, G. et all. “A privatização da água na cidade de Manaus e seu impacto sobre as mulheres”. 2006. Rio de Janeiro.

aos mercados financeiros, principalmente através do crédito, elemento fundamental para a sustentabilidade mercantil da produção. Assim, este será seguramente outro elemento que reforçará os possíveis impactos negativos da atual crise sobre as mulheres.

Podemos então concluir que a privatização dos serviços e sua liberalização serviram para reforçar os efeitos assimétricos de gênero em nossas sociedades e podem ter contribuído ao mesmo tempo para frear os impactos dos programas de combate à pobreza e de distribuição de renda.

3.1 - Relações entre a economia do cuidado e o modelo econômico

Para visibilizar a forte interação existente entre as políticas macroeconômicas do modelo hegemônico e as tarefas domésticas invisibilizadas do ponto de vista econômico, temos considerado dois enfoques particulares: o mercado de trabalho remunerado, mas também os serviços públicos, para enfatizar a relação, e os efeitos das políticas econômicas sobre o reforçamento das desigualdades de gênero.

Evidentemente poderiam se tomar outros exemplos ou elementos que reforçariam tal conclusão, como a importância das políticas comerciais sobre a agricultura familiar, âmbito de enorme peso para a subsistência e a produção de alimentos, onde as mulheres geralmente jogam um papel crucial, tanto na produção para o mercado como especialmente para a provisão familiar de alimentos.

Contudo, o importante desta inter-relação entre a economia tradicionalmente entendida e a perspectiva feminista que inclui a economia do cuidado, nos permite entender de uma forma mais qualificada não só a própria produção de riquezas nacionais e sua articulação com o PIB – Produto Interno Bruto – como o funcionamento do sistema econômico em si, que se beneficiou durante séculos e continua aproveitando esse trabalho gratuito essencial para a vida.

Mas além de deixar explícita essa correlação e suas vantagens para o sistema econômico hegemônico, o fato de relacionar as políticas econômicas com o duplo papel econômico das mulheres, já que realizam contribuições ao trabalho produtivo e também reprodutivo, nos permite visibilizar e entender melhor o papel do Estado como indutor do desenvolvimento e do bem-estar das pessoas e populações.

Assim também, vinculando os serviços do cuidado e a participação feminina no mercado de trabalho, podemos enfatizar os desafios que os movimentos de mulheres e feministas têm em relação aos Estados e seu papel como implementadores de políticas públicas que contribuam para transformar as desigualdades, entre elas especificamente as de gênero.

A responsabilidade do Estado então tem que apontar não só no sentido do mercado de trabalho, buscando superar a discriminação trabalhista e as brechas que se mantêm estrutural e persistentemente no mercado de trabalho, mas também assumir uma responsabilidade redobrada na prestação de serviços do cuidado que facilitem as tarefas do cotidiano, incluindo a perspectiva de superação da divisão sexual do trabalho nos âmbitos domésticos.

3.2 – Impactos da crise financeira.

Desde finais de 2008 o mundo vem se deparando com uma profunda crise financeira, que eclodiu no coração mesmo do sistema, em um dos mais poderosos bancos estadunidenses, e foi daí contaminando diversas economias, em especial as européias. A partir de então, fala-se da recuperação dos “mercados financeiros” que precisaram não só do socorro realizado com enormes valores oferecidos pelos governos para realizar o salvamento dos bancos, como também se retomam os conhecidos discursos e receitas do FMI. Os países afetados pela crise devem aplicar políticas de austeridade fiscal, diminuindo seus gastos e o déficit público, com a finalidade de recuperar a “confiança” dos mercados, condição necessária para alcançar a recuperação econômica. Entretanto, a realidade pode ser lida de forma muito diferente. Essas medidas de austeridade estão de fato criando um grande deterioro da qualidade de vida das populações dos países contaminados pela crise, pois estão afetando negativamente sua proteção social, destruindo empregos, e ainda, dificultando a própria recuperação econômica. Segundo declarações recentes de Jean-Claude Trichet, presidente do Banco Central Europeu: “A condição para a recuperação econômica é a disciplina fiscal, sem a qual os mercados financeiros não certificam a credibilidade dos Estados” (Financial Times, 15-05-10).

Contudo, e apesar de toda essa linguagem de aparência neutra, fica evidente que na crise, tanto nos EUA como mais recentemente na Europa, os bancos têm sido os beneficiados, ao não assumir as perdas milionárias que causaram e isso se deve não só à falta de regulação de tais mercados financeiros como também à proteção explícita das instituições bancárias, inclusive por

parte das IFIs – Instituições Financeiras Internacionais – que têm saído em auxílio dos países com fortes empréstimos com elevados interesses, para que os Estados salvem os bancos com recursos públicos.

Assim, os que perdem com a crise são evidentemente os setores populares, “já que o FMI exige aos governos que extraíam o dinheiro para pagar os bancos dos serviços públicos de tais classes populares. O que o FMI faz é a transferência de fundos das classes populares para os bancos. Isto é o que se chama 'conseguir a credibilidade dos estados frente aos mercados’”¹⁶.

Aqui claramente podemos ver a conexão entre a crise do sistema com o que temos denominado crise dos cuidados, já que a perda de serviços públicos terá de ser compensada nos âmbitos domésticos com mais carga de trabalho, especialmente das mulheres.

Por outro lado, a quebra dos sistemas tradicionais de cuidado, que estão cada vez mais guiados e definidos pelos mercados, já que grande parte das mulheres antes cuidadoras fazem agora parte do mercado de trabalho e dos âmbitos públicos, faz parte também de esta crise dos cuidados. Se as mulheres antigamente eram cuidadas e depois cuidavam dos outros durante seu ciclo de vida (ainda que os homens fossem em geral receptores de cuidados), agora, esse círculo tem sido parcialmente quebrado, deixando o cotidiano e a reprodução da vida em situação crítica.

No marco da globalização, a estrutura dos cuidados vai-se precarizando, com a mercantilização crescente dos serviços. Isso tem significado, por um lado o encarecimento de tais serviços para quem pode pagá-los, e por outro o aumento do número de mulheres em empregos precários em tais serviços domésticos, que por sua vez precisam de outras mulheres mais desfavorecidas para realizar o cuidado de seus filhos e dependentes em seus próprios domicílios. Assim também se formam as conhecidas cadeias globais de cuidados, quando as mulheres migrantes abandonam suas famílias nos países de origem onde são substituídas por outras mulheres, geralmente as mães ou avós, para buscar emprego nos países mais desenvolvidos, assumindo as tarefas do cuidado (tanto material quanto emocional) que deixaram de realizar em seus próprios âmbitos domésticos.

¹⁶ Navarro, Vincent. Artículo “¿Quién paga los costos del euro?” em www.vnavarro.org

Assim, a crise econômica atual, que golpeia os países do Norte e que não tem se visto expressada com igual força na América Latina, pode ser um chamado de atenção e ainda mais, um alerta contra o ressurgimento das conhecidas políticas de ajuste fiscal. Ao mesmo tempo, deveria ser um incentivo no sentido de fortalecer, em especial no caso da América do Sul, as políticas que têm permitido o afastamento da região das receitas neoliberais traduzidas na recuperação e fortalecimento do papel do Estado, na retomada da expansão dos orçamentos sociais, e na prioridade do combate à pobreza e às desigualdades via a ampliação de políticas de prestação de serviços públicos essenciais e de distribuição mais equitativa da renda. Esta possível retomada dos mesmos conceitos velhos preconizados pelo FMI pode significar, como já está significando em alguns países do Norte, uma nova investida de privatizações dos serviços públicos que aliviam o trabalho reprodutivo e que ainda estão na mira das negociações comerciais. Aos acordos assinados entre a União Européia e os países de América Central e com a Colômbia e Peru recentemente soma-se a retomada das negociações com o Mercosul que ameaçam especialmente os serviços públicos, já que a liberalização dos serviços é atualmente o principal interesse das empresas transnacionais européias.

Embora se possa dizer que nos países da América Latina a crise foi uma “marolinha” segundo a expressão do Presidente do Brasil, Lula da Silva, é importante refletir que foi o justamente o distanciamento das políticas e condicionalidades ditadas pelo FMI, unido às políticas de redistribuição de renda fortalecidas em diversos países da região (especialmente naqueles dos chamados governos progressistas) as que permitiram que a crise não fosse sentida na região com a força com que atingiu tanto os EUA quanto a Europa. Mercados internos fortalecidos por alguns poucos anos de políticas distributivas conseguiram enfrentar as investidas da crise financeira e contrarrestar os crescentes déficits na balança comercial. Entretanto, as conseqüências políticas da crise impactaram e podem ainda ter um papel importante na orientação geopolítica e comercial dos países periféricos, especialmente os emergentes, e afetar com isso os cenários global e regional. Por isso, refletir sobre os motivos que protegeram a região continua sendo necessário e estratégico.

3-3. Política pública para cuidar dos cuidados.

Para concluir a análise que realizamos, correlacionado os aspectos da macro economia, no marco do modelo econômico vigente com o papel das mulheres na vida econômica das nações, podemos concluir que apesar dos esforços realizados nesta última década na maioria dos países da região para reverter as desigualdades sociais e de gênero, ainda é necessário realizar muito trabalho desde os governos da América Latina. A intervenção do Estado na promoção de políticas de cuidado tem ainda um longo caminho a ser percorrido, entre outros motivos porque ainda não foram enfatizados suficientemente, inclusive desde os movimentos de mulheres, sua importância estratégica para aliviar a pobreza, dado o papel específico das mulheres para esse combate.

De fato, as políticas econômicas e comerciais que promoveram a abertura comercial e de investimentos facilitaram o aprofundamento de um modelo primário exportador que criou pouco emprego e ainda menos para as mulheres¹⁷. Contribuir para a diversificação da estrutura produtiva e em particular fortalecer os setores que permitem a inserção das mulheres no mercado de trabalho, inclusive aproveitando sua maior qualificação, seria fundamental para a superação das desigualdades de gênero e para a equidade social. Cuidar para que as brechas salariais sejam superadas, a segregação do trabalho, a má qualidade dos empregos criados, as ameaças aos empregos de maior qualidade e nível de escolaridade, e ao mesmo tempo, que se avance na provisão de serviços de cuidado para as trabalhadoras que continuam sobrecarregadas com o trabalho doméstico, são algumas das responsabilidades com as quais os Estados devem se preocupar em cumprir para melhorar a qualidade de vida das mulheres e da população.

Por outro lado, sabemos que a promoção de políticas do cuidado, precisaria de um esforço de grande dimensão, que não conta ainda com o apoio necessário dos diversos órgão de governo que deveriam envolver-se, tingidos ainda por uma visão de “neutralidade” para a implementação das políticas sociais. Evidentemente, essa avaliação deveria realizar-se em tándem com a análise do papel e força efetiva dos organismos da mulher que foram implantados, mas que muitas vezes não contam com a força política, os orçamentos e o apoio multisetorial que seriam necessários.

¹⁷ Bidegain Ponte, Nicole. “Comércio e Desenvolvimento na América Latina: a ordem dos fatores altera o produto” CIEDUR – IGTN. Montevideo – Uruguai. 2009.

Finalmente, mesmo quando as políticas econômicas continuem no caminho de melhoria das estruturas produtivas e de integração regional para um desenvolvimento socialmente mais justo, se não forem implementadas políticas públicas especificamente desenhadas para melhorar os cuidados com a reprodução da vida que facilitam a inserção no mercado de trabalho das mulheres, elas não serão alcançadas pelos benefícios do modelo econômico.